

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE REDONDO

## **EDITAL**

JOSÉ LUÍS NUNES MARQUES MÓNICA, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE REDONDO, faz saber que em reunião da Assembleia Municipal de Redondo, realizada no dia 28 de novembro de 2022, foi aprovada, por maioria e em minuta, a Moção de Censura apresentada pelos membros da Uma Nova Atitude - Coligação PPD/PSD - CDS-PP, que de seguida se transcreve:

## MOÇÃO DE CENSURA CONTRA A TOMADA DE POSIÇÃO DO GOVERNO DE PORTUGAL RESTITUIÇÃO DAS DESPESAS COM A PANDEMIA POR COVID 19

De acordo com a divulgação apresentada pela Ministra da Coesão Territorial, que tutela as autarquias, o Governo da República Portuguesa não tem condições para devolver o valor das despesas que os municípios gastaram no combate à pandemia por COVID 19.

A referida ministra, Ana Abrunhosa, assinalou ainda que do fundo de solidariedade europeia restam apenas 20 milhões de euros e que a única abertura possível a essa restituição é no âmbito deste fundo.

Ora, o valor a restituir aos municípios é de 156 milhões e, segundo uma avaliação do Tribunal de Contas, esta é uma verba que não consta do Orçamento do Estado para 2023, como se esperava. Em situações de urgência e de emergência — e muito bem — os municípios usaram toda a flexibilidade. Consideramos por isso muito justa e necessária a devolução do valor.

Por conseguinte, os eleitos da UMA NOVA ATITUDE (Coligação PSD/PPD — CDS-PP) manifestam a sua indignação perante a situação e apresentam a presente MOÇÃO DE CENSURA CONTRA A TOMADA DE POSIÇÃO DO GOVERNO DE PORTUGAL da qual pretendem que seja dado a conhecer o seu conteúdo ao governo e aos meios de comunicação social pelos canais habituais.

Redondo, aos 06 dias do mês de dezembro de 2022 O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL JOSÉ LUÍS NUNES MARQUES MÓNICA